



RESUMO DE SEGURANÇA EM ÁFRICA

UMA PUBLICAÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DE ÁFRICA

A Somália em Risco de se Tornar um Estado Jihadista

POR MATT BRYDEN

DESTAQUES

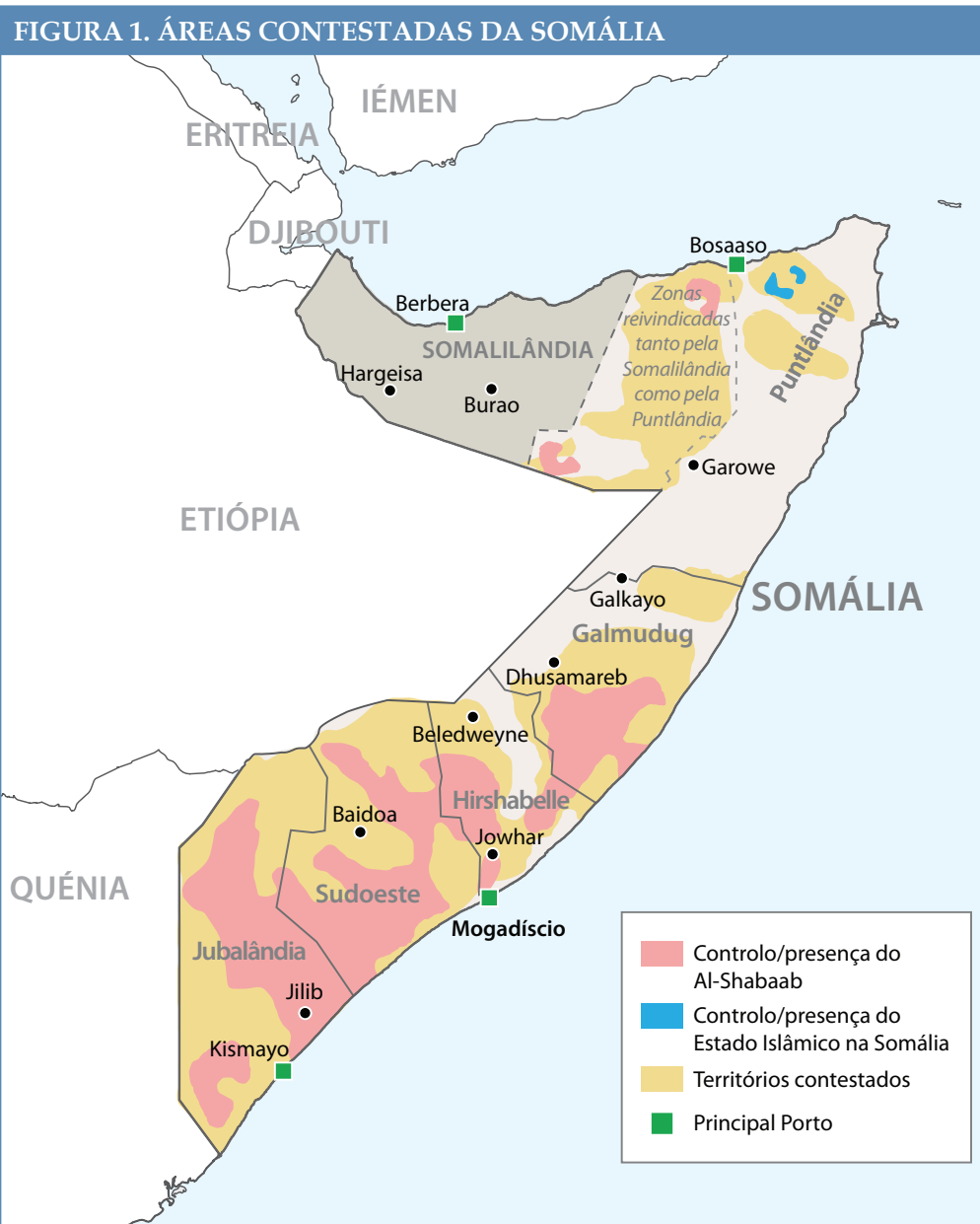
- O Al-Shabaab representa uma séria ameaça de tomada de Mogadíscio, em grande parte devido ao colapso na cooperação política entre as autoridades federais e estaduais.
- Um tal desfecho daria poder a uma aliança islamista militante com laços globais, remodelando profundamente a luta internacional contra os grupos terroristas.
- A Somália está a tornar-se um conflito cada vez mais regionalizado, com os Estados do Golfo a apoiarem atores e ambições somalis rivais.
- Retirar a Somália do abismo pode ainda ser possível, mas exigiria reformas políticas e de segurança fundamentais e uma força de manutenção da paz da União Africana revigorada.

Enquanto decorria a vasta ofensiva desencadeada pelo Al-Shabaab em abril de 2025 cobrindo grande parte da região central da Somália, os diplomatas da capital à beira-mar da Somália começaram a refletir sobre uma hipótese desconcertante. A queda de Mogadíscio assemelhar-se-ia mais à conquista de Cabul pelos Talibãs ou ao domínio de Damasco pelo Hay'at Tahrir al Shams? O Al-Shabaab tinha apoderado-se de uma série de cidades estratégicas do Exército Nacional da Somália com aparente pouca dificuldade. Em julho, os militantes tinham cercado em grande parte a capital, avançando até menos de 50 quilómetros de Mogadíscio e estabelecendo postos de controlo nos seus arredores. Muitas embaixadas estrangeiras na cidade retiraram o pessoal não essencial para o vizinho Quênia. Depois, inexplicavelmente, o avanço foi interrompido, deixando o governo federal da

Somália, que se encontrava em dificuldades, reclamar a vitória, enquanto os observadores menos otimistas se perguntavam quando é que a ofensiva poderia recomeçar.

A Somália está mergulhada numa crise cada vez mais profunda, que envolve uma insurreição jihadista em ascensão, uma operação de apoio à paz que vacila, polarização política interna e competição geopolítica regional. A esfera de controlo de facto do governo federal está confinada a Mogadíscio e a algumas cidades satélite: essencialmente uma metrópole com um corpo diplomático e um exército desmoralizado e ineficaz. Na ausência de uma mudança drástica de direção, os cenários prováveis a curto prazo incluem o colapso do governo federal e a tomada da capital nacional pelo Al-Shabaab, com consequências profundas para a estabilidade e segurança regionais.

Uma insurreição levada a cabo pelo Harakaat Al-Shabaab al-Mujaahidiin (Al-Shabaab), uma organização terrorista afiliada à Al Qaeda, dura há quase duas décadas. O grupo controla atualmente cerca de 30% do território da Somália, muito mais do que o frágil governo federal de Mogadíscio. Em 2023, uma ofensiva governamental de curta duração, apoiada pelas forças especiais dos EUA, conseguiu retirar aos militantes vastas áreas da Somália central. Mas os progressos diminuíram ao fim de alguns meses e, desde então, o Al-Shabaab recuperou quase todo o terreno perdido. O grupo está atualmente a reforçar as forças em torno de Mogadíscio e intensificou os ataques no interior da cidade. Em outubro de 2025, um esquadrão suicida do Al-Shabaab invadiu a sucursal em Mogadíscio do serviço nacional de informações, NISA, destruindo informações valiosas e libertando dezenas de prisioneiros – a dois passos do palácio presidencial (Villa Somalia).



Fonte dos dados: Political Geography Now, World Bank.

Notas: As designações de controlo territorial são ilustrativas e não devem ser consideradas precisas.

No entanto, a força do Al-Shabaab sempre foi um reflexo da fraqueza do governo somali. Apesar de mais de duas décadas de investimento e de milhares de milhões de dólares em formação e equipamento, o Exército Nacional da Somália (SNA) continua a ser incapaz de levar a cabo operações sustentadas de limpeza e manutenção. Num discurso perante o Parlamento em novembro de 2025, o Chefe das Forças de Defesa, General Odowaa Yusuf Raage, revelou que entre 10 000 e 15 000 soldados tinham sido mortos ou feridos em combate nos últimos 3 anos. A força sofre de uma série de problemas, incluindo má

liderança, corrupção, padrões de formação inconsistentes e uma dependência de clãs considerados leais a um presidente em exercício, em vez de ser uma força com um carácter genuinamente nacional. Esta situação deixou o governo federal da Somália fortemente dependente da Missão de Apoio e Estabilização da União Africana na

Matt Bryden é conselheiro estratégico e sócio fundador da Sahan, um centro de políticas e investigação centrado nas dinâmicas, ameaças à segurança e respostas de segurança no Corno de África.

Somália (AUSSOM) para garantir a segurança. Entretanto, a interferência política de Mogadíscio na missão deixou a AUSSOM enfraquecida, sem uma estrutura hierárquica unificada e com uma hemorrhagia no apoio dos doadores, ameaçando a redução ou o fim da missão.

Estes desafios são sintomas de problemas muito mais profundos: o desmantelamento do sistema político federal da Somália e crises constitucionais e eleitorais cíclicas. As recentes tentativas do Presidente Hassan Sheikh Mohamud de alterar a constituição, impor um novo sistema eleitoral e redesenhar o mapa federal são vistas como manobras para se manter no poder para além do fim do seu mandato, em maio de 2026,¹ com o efeito de acelerar ainda mais a fragmentação da Somália.² Como resultado, a classe política da Somália está perigosamente polarizada e incapaz de forjar uma frente unida contra o seu inimigo comum, o Al-Shabaab.

O Al-Shabaab, por seu lado, parece contentar-se em observar e esperar enquanto os seus inimigos discutem, os parceiros internacionais cortam na segurança e na ajuda ao desenvolvimento e a AUSSOM contempla a possibilidade de retirar-se. Dado que um número crescente de parceiros internacionais começou a explorar discretamente as perspectivas de uma paz negociada com os militantes, na ausência de um deus “ex machina” que salve o sistema federal da Somália, a tomada de Mogadíscio pelo Al-Shabaab pode ser já uma questão de tempo, seja através de uma ação militar ou de negociações. Se assim for, será praticamente inevitável um novo ciclo de conflito armado entre um Al-Shabaab ainda mais fortalecido, que controla Mogadíscio e os seus 4 milhões de habitantes, e os seus piores inimigos noutras partes do país. Os países vizinhos enfrentariam igualmente a perspectiva acrescida de novos ataques terroristas através das suas fronteiras. O tempo para meias medidas esperançosas já passou. Só uma intervenção urgente, decisiva e concertada pode evitar que a Somália se transforme num Estado jihadista.

FORMAÇÃO DE UM ESTADO CONTESTADO

Quase 35 anos após o colapso do governo ditatorial de Siad Barre, em 1991, os líderes da Somália são unânimes no seu empenho num Estado-nação unificado (com exceção da Somalilândia, que declarou a independência em 1991 e tem funcionado como um Estado separado desde então). Para além disso, estão de acordo em muito pouco mais. Os

elementos essenciais de uma carta governativa abrangente continuam a escapar-lhes: uma constituição definitiva e universalmente reconhecida, acordos estáveis de partilha de poder e um sistema eleitoral unificado. Em vez disso, o país continua fraturado e fissurado, enredado numa luta perpétua pelo poder entre o frágil governo federal e as poderosas administrações regionais.

UM LEGADO NEGRO DE PODER CONCENTRADO

Sendo um dos países menos desenvolvidos do mundo, a Somália tem dependido de apoio financeiro e militar estrangeiro para a sua sobrevivência como Estado. Uma avaliação efetuada em 1957 pelo Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) previa que o novo Estado necessitaria de assistência financeira durante pelo menos 20 anos após a independência. Os governos ocidentais suportaram o fardo durante quase uma década após a criação da República da Somália em 1960, mas um golpe militar em 1969 levou Siad Barre ao poder com a bênção de um novo benfeitor: a União Soviética (URSS). Só a folha de pagamentos das forças armadas aumentou rapidamente para mais de um quarto do orçamento nacional, com equipamento como tanques e aviões doados pela URSS e pelos aliados do Bloco de Leste. A dívida externa também aumentou, ultrapassando os 1,7 mil milhões de dólares — quase o dobro do valor do PIB — imediatamente antes do colapso do Estado em 1990.³

Esta combinação de patrocínio soviético e empréstimos vorazes permitiu a Barre governar a Somália durante quase uma década como um Estado-guarnição altamente centralizado e militarizado. Mas quando a Somália encenou uma desastrosa invasão da Etiópia em 1977-8, a URSS decidiu apoiar Adis Abeba. Barre virou-se para os Estados Unidos e para os seus aliados ocidentais, muito menos prestáveis. Abalado pela catastrófica derrota militar e pela perda do apoio soviético praticamente incondicional, o regime de Barre lutou com dificuldade para manter a sua autoridade. A oposição armada surgiu pela primeira vez em 1978 e os grupos rebeldes proliferaram ao longo da década de 1980, atacando o regime em várias frentes. Com a suspensão do apoio militar americano em 1989 e a queda do Muro de Berlim no mesmo ano, Barre ficou por sua conta. Sem um benfeitor estrangeiro para pagar as contas, deixou de ser capaz de manter o país unido.

Ao longo da década de 1990, uma série de senhores da guerra, com milícias de clã, disputou a supremacia – alguns deles chegando mesmo a adotar o título de “presidente”. Mas a República da Somália tinha-se efetivamente desintegrado numa manta de retalhos de autoridades locais baseadas em clãs que geriam partes do território, ficando o resto entregue a uma combinação de tradições de governação somalis pré-coloniais e de facções de milícias predatórias. Sendo a sede simbólica do poder nacional, Mogadíscio permaneceu particularmente sem lei, uma vez que os senhores da guerra residentes e os seus apoiantes acreditavam que o controlo da capital equivalia à liderança nacional e que, por isso, valia a pena lutar por ele. Mas essa era a única coisa em que a maioria dos outros somalis podia concordar: nunca mais deveria ser conferido tanto poder a um governo nacional que permitisse o ressurgimento do despotismo ou da ditadura.

Na ausência de um governo nacional funcional, o poder na Somália tornou-se não só descentralizado, mas “não centralizado”⁴, com a sua economia política a unir-se em torno de quatro portos de águas profundas - Berbera, Bosaaso, Kismayo e Mogadíscio. O controlo destes ativos lucrativos, bem como infraestruturas económicas de menor dimensão, como aeroportos e estradas, moldou a dinâmica da prolongada guerra civil da Somália. No final da década de 1990, tornou-se amplamente aceite que um processo descentralizado de reconstrução do Estado, começando por estas “economias portuárias” e pelas respectivas autoridades regionais, constituía o caminho mais lógico a seguir para as estruturas sociais altamente dispersas e complexas da Somália. Em 1999, a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), que incluía os Estados-membros do Corno de África, uniu-se em torno de um paradigma proto-federal ascendente, conhecido na altura como a abordagem dos “blocos de construção”, em vez da imposição de um governo nacional em Mogadíscio.

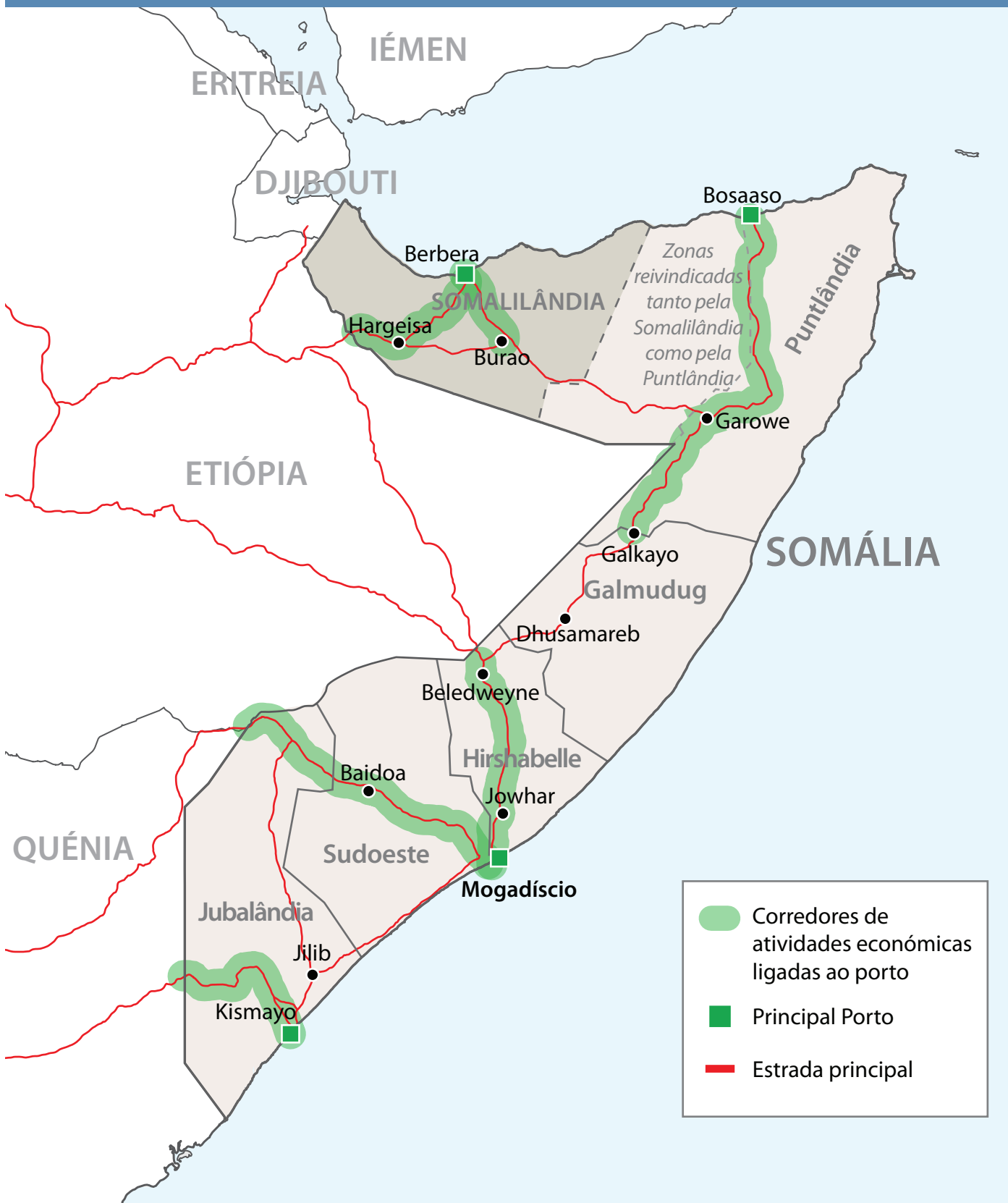
Após várias tentativas falhadas, o parlamento da Somália adotou uma constituição provisória em 2012 que lançou as bases de uma república federal parlamentar. De acordo com a Constituição Provisória, o Conselho de Ministros, presidido pelo Primeiro-Ministro, é designado

como “a mais alta autoridade executiva do Governo Federal”, cabendo ao Presidente um papel essencialmente cerimonial.⁵ A Constituição Provisória estipula dois níveis de autoridade: o Governo Federal (FGS) e os Estados Membros Federais (FMS). Não por acaso, os três Estados mais poderosos – Somalilândia, Puntlândia e Jubalândia – administram as economias portuárias de Berbera, Bosaaso e Kismayo, respectivamente. O quarto porto, Mogadíscio, sustenta tanto a administração local de Banaadir como o próprio FGS, que controla 85% das receitas portuárias de Mogadíscio.

Atualmente, cada uma destas economias portuárias gera entre 100 e 400 milhões de dólares de receitas por ano, sustentando as autoridades regionais e os seus serviços de segurança. Na ausência de um acordo político abrangente, o relacionamento entre estas administrações caracteriza-se por um inevitável grau de competição. Nenhuma delas - incluindo o suposto “governo federal” em Mogadíscio – é suficientemente forte para impor a sua vontade às outras. Entretanto, os restantes FMS da Somália – Sudoeste, Hirshabelle e Galmudug – não têm todos portos de águas profundas e dependem em grande medida das autoridades de Mogadíscio para obter receitas. Este desequilíbrio é uma fonte de profunda fricção política no seio da incipiente federação. As FMS mais ricas e mais poderosas reivindicam mais autonomia em relação a Mogadíscio, enquanto os membros mais fracos aceitam geralmente os desejos da FGS.

Criar e manter estruturas federais funcionais é uma tarefa difícil em qualquer lugar, uma vez que exigem explicitamente a partilha de poder entre níveis de governo diferentes (e muitas vezes entre diferentes partidos, etnias e interesses). Os benefícios residem no facto de aproximarem dos cidadãos a tomada de decisões governamentais, de permitirem uma maior contextualização no seio de sociedades diversas e de representarem mais um mecanismo de controlo da autoridade executiva sem restrições. Mas no caso da Somália, os desafios da construção de uma federação funcional foram ampliados pelos caprichos e ambiguidades da Constituição Provisória – um documento profundamente imperfeito. Para além de atribuir a Mogadíscio as competências em matéria de negócios estrangeiros, defesa nacional, cidadania e imigração e política monetária, o texto é omissivo quanto à divisão de poderes e recursos entre as autoridades federais e estaduais. Quase tudo o resto, desde a segurança nacional

FIGURA 2. A ECONOMIA POLÍTICA PORTUÁRIA DA SOMÁLIA



Fonte dos dados: World Bank, Political Geography Now

Notas: As designações de controlo territorial são ilustrativas e não devem ser consideradas precisas.



Vista aérea de Mogadíscio. (Foto: AFP/Yasuyoshi Chiba)

ao federalismo fiscal, à gestão dos recursos naturais e aos serviços sociais, “deverá ser negociado e acordado entre o Governo Federal e os Estados-Membros Federais.”⁶

No entanto, em vez de negociarem, os sucessivos presidentes federais têm procurado concentrar o poder nas suas próprias mãos, quer através da atribuição unilateral de competências ao governo central, quer através da assunção da autoridade executiva que é constitucionalmente atribuída ao Conselho de Ministros. Esta trajetória atingiu o seu apogeu durante o segundo mandato do Presidente Hassan Sheikh Mohamud (HSM), que parece determinado a estabelecer um sistema de governo presidencial e unitário, exceto no nome.⁷ Duas das cinco FMS da Somália, Puntland e Jubaland, reagiram suspendendo as relações com Mogadíscio e retirando o seu reconhecimento da autoridade federal. A luta pelo poder mergulhou a federação no caos político e num vazio constitucional, paralisando o esforço de guerra contra o Al-Shabaab.

O FGS alega que Puntland e Jubaland são atores obstrucionistas, cujas exigências de autonomia são injustificadas e irrazoáveis. No entanto, do ponto de vista

da Constituição, o governo federal não tem autoridade para decidir quais os poderes que devem ser atribuídos ao FMS. Tem apenas o poder de negociar. A tentativa de Villa Somália de se posicionar como árbitro dos poderes e recursos no seio da federação, não é sustentada por autoridade constitucional, mas antes pelo seu estatuto soberano conferido externamente e pelo acesso à assistência estrangeira. O reconhecimento internacional universal da FGS em 2012, apesar do seu estatuto jurídico provisório, desbloqueou um acesso sem precedentes ao apoio dos doadores. Desde então, o financiamento dos doadores para a Somália aumentou para entre 5 e 7 mil milhões de dólares por ano, dos quais cerca de um terço é destinado à segurança e aproximadamente mil milhões de dólares são designados como apoio financeiro direto “no orçamento” para o FGS. No ano fiscal de 2025-2026, isto constitui cerca de 70 por cento do orçamento federal. Sem este apoio financeiro, o FGS teria dificuldade em administrar Mogadíscio, quanto mais em ditar condições aos FMS.

Outra fonte de tensão nas negociações sobre a estrutura federal envolve um novo sistema eleitoral do tipo “uma pessoa, um voto” que promete o sufrágio universal. Villa

Somalia prevê um processo eleitoral de “três níveis”, com eleições locais seguidas de eleições estaduais e, eventualmente, de eleições para um novo parlamento federal, que por sua vez elegerá o próximo presidente. Alguns parceiros internacionais congratularam-se com esta intenção, considerando-a um passo fundamental para a democracia. No entanto, outros estão preocupados com o facto de a votação só poder ter lugar de forma segura em Mogadíscio e num punhado de outras cidades do sul da Somália, onde o FGS detém o poder. O modelo eleitoral proposto permitiria que os eleitores destes enclaves urbanos elegeassem todo o parlamento. O resultado seria que a grande maioria dos novos deputados federais representaria partes do país onde não se realizam eleições — como Puntland e Jubaland — um resultado que ampliaria perigosamente as clivagens regionais e de clãs que tornaram a crise da Somália tão difícil de resolver.

Uma vez que é altamente improvável que se conclua todas as etapas necessárias para um processo eleitoral deste tipo até maio de 2026, Villa Somália está a preparar discretamente o terreno para uma prorrogação inconstitucional do mandato de HSM por, pelo menos, mais 2 anos.⁸ Tal medida seria provavelmente fortemente rejeitada por Puntland e Jubaland, bem como pelo Fórum de Salvação Nacional - uma coligação política da oposição com sede em Mogadíscio. O risco de subsequentes revoltas violentas é muito real. Em 2021, os líderes da oposição nacional — entre os quais o HSM — mobilizaram milícias na capital para impedir que o então Presidente Mohamed Abdillahi Farmaajo tentasse prolongar o seu mandato em circunstâncias quase idênticas. É provável que se desencadeie de novo um impasse semelhante. Os violentos confrontos nas ruas de Mogadíscio só serviriam para deslegitimar ainda mais o FGS, enquanto dariam mais uma vitória propagandística ao Al-Shabaab.

RUMO A UM ESTADO ISLAMISTA

Embora o caminho para a construção de um sistema federal funcional na Somália permaneça pouco claro, a perspectiva de o país se tornar um Estado islâmico iliberal é cada vez mais provável. A Constituição da Somália de 1960 estabeleceu o Islão como religião do Estado, mas limitou a aplicação da lei da Shari’a ao estatuto pessoal dos muçulmanos. Em todos os outros aspectos, a Somália possuía as características de um Estado secular. A Constituição Provisória de 2012, contudo, é explicitamente “baseada nos fundamentos do

Alcorão Sagrado e da Sunna do nosso profeta Mohamed (PBUH) e protege os objetivos mais elevados da Shari’ah e da justiça social.”⁹ Não pode ser promulgada qualquer lei que “não esteja em conformidade com os princípios e objetivos gerais da Shari’ah.”¹⁰

Os retratos esperançosos do Al-Shabaab como um ator político razoável e potencial parceiro na governança da Somália são infundados e não foram testados.

O caráter inequivocamente religioso do novo texto da Constituição é sintomático da ascensão constante dos movimentos islamistas somalis após o colapso do regime de Barre em 1991. Desde 2009, quando o Presidente Sheikh Sharif Sheikh Ahmed introduziu a sua facção Aala Sheekh da Irmandade Muçulmana em Villa Somalia, os islamistas políticos têm desfrutado de ininterruptas alternâncias de poder em Mogadíscio. HSM sucedeu ao Xequê Sharif em 2012 como candidato do partido Damul Jadiid (“Sangue Novo”), outra facção da Irmandade Muçulmana com ligações ao Qatar, à Turquia e ao Kuwait. Em 2017, HSM entregou o poder a Farmaajo e à poderosa seita salafita al Ictisaam b’il Kitaab wa Sunna (al I’ tisaam), um ramo secreto da primeira organização jihadista da Somália: al Itixaad al Islaami (al Itihaad).

Fundada em 1983, a al Itihaad lutou para estabelecer um “emirado” islâmico na Somália no início da década de 1990, mas foi esmagada pelos militares etíopes em 1997 e dividiu-se em duas facções: Al-Shabaab e al I’ tisaam. As duas facções são gémeas ideológicas - duas faces da mesma moeda salafi-jihadista - mas são rivais políticos que procuram o poder político por meios diferentes. Enquanto o Al-Shabaab procura governar pela força das armas, o al I’ tisaam faz proselitismo através de uma extensa rede de mesquitas salafitas, madrassas, markazes, escolas e universidades, enquanto o seu vasto império de empresas e instituições de caridade leva a cabo uma “jihad” socio-económica. Atualmente, os serviços financeiros, as telecomunicações e os produtos petrolíferos da Somália - para citar apenas alguns exemplos - são dominados por empresas filiadas na al I’ tisaam. Durante o governo de Farmaajo, o al I’ tisaam experimentou uma proximidade sem precedentes ao poder como partido governante não declarado. No entanto, as perspectivas de reconciliação com o Al-Shabaab não se concretizaram. Quando o HSM foi reeleito em 2022, o al I’ tisaam foi posto de lado.



Porto de Kismayo, Somália. (Foto: AFP/Phil Moore)

Durante o segundo mandato de HSM, Damul Jadiid e Al I'tisaam estabeleceram um *modus vivendi* rancoroso, mediado pelo seu patrono comum, o Qatar. Damul Jadiid domina o poder executivo, enquanto um proeminente clérigo da Al I'tisaam, o Xeque Bashir Salaad, preside ao Conselho Ulemá nacional. O Damul Jadiid é habitualmente descrito como mais “progressista” do que outros grupos islamistas somalis, mas o conservadorismo e o fanatismo religioso de alguns altos funcionários são do domínio público. Além disso, as controversas alterações constitucionais da Villa Somália estão impregnadas de jurisprudência salafita, proposta por acadêmicos de al I'tisaam, incluindo disposições que violam as obrigações da Somália em matéria de direitos humanos enquanto membro da União Africana (UA) e das Nações Unidas (ONU).¹¹

Se a Somália conseguir realizar algum tipo de eleições em 2026, qualquer candidato presidencial sério terá provavelmente de contar com o apoio de um destes grupos islâmicos. E se o vencedor não for o candidato escolhido pelo al I'tisaam, terá provavelmente de fazer um acordo

com os Salafistas para poder governar efetivamente. Isto reforçará as pressões no sentido de uma maior centralização do poder em Mogadíscio e de uma influência cada vez mais generalizada do dogma salafita sob a capa da autenticidade religiosa. Por conseguinte, é também provável que venha a gerar tensões ainda mais profundas entre o centro federal e as suas periferias, que ainda não estão tão profundamente afetadas pela influência salafita.

Todos os principais movimentos islamistas somalis aspiram a um estado somali centralizado e unitário, mas a maioria tem tido dificuldades em ganhar tração para além de Mogadíscio e das regiões centrais. Apenas o al I'tisaam conseguiu influenciar a política na Somalilândia, na Puntlândia e na Jubalândia – normalmente subornando políticos e subvertendo os seus governos de modo a diluir gradualmente a sua autonomia e a obrigar à sua integração progressiva numa autoridade islamista central. No entanto, como a história recente atesta, quando as seitas islamistas tomam o poder em Mogadíscio e os formidáveis instrumentos de coação do governo federal – isolamento diplomático,

pressão económica, guerra legal e até mesmo guerra — são utilizados com o objetivo de dismantlar o federalismo, o resultado é uma polarização ainda mais profunda, militarização e conflito armado.

A GEOPOLÍTICA REGIONAL ESTÁ A AMPLIAR AS PRESSÕES

A geopolítica no Corno de África está a agravar ainda mais as fissuras internas da Somália. A dinâmica regional é cada vez mais moldada pelos interesses das potências médias em ascensão, especialmente os Emirados Árabes Unidos (EAU), o Qatar, a Arábia Saudita e a Turquia. A Somália é apenas um dos vários palcos onde se desenrolam a sua competição estratégica, a dissonância ideológica e a diplomacia instável das coligações.

A ascensão dos movimentos islamistas da Somália representa um eixo fundamental da rivalidade entre potências médias. Os aliados mais próximos do HSM são o Qatar e a Turquia, relações ancoradas na afinidade ideológica. Damul Jadiid da Somália e Adalet ve Kalkınma Partisi (AKP) da Turquia estão ambos alinhados com a Irmandade Muçulmana, cujo principal patrono a nível mundial é amplamente reconhecido como sendo Doha. Mas o Qatar também mantém relações discretas com a al I'tisaam e o Al-Shabaab, incluindo apoio financeiro para serviços sociais e assistência humanitária em áreas controladas pelos militantes, ostensivamente para cultivar condições para negociações que ponham fim ao conflito. A promoção persistente por parte de Doha de um diálogo político entre o FGS e o Al-Shabaab, com vista a algum tipo de acordo de partilha de poder, é um anátema para os vizinhos africanos mais próximos da Somália (Etiópia, Quênia e Uganda) e para muitos parceiros ocidentais. Até o Al-Shabaab parece não estar entusiasmado com a perspectiva de conversações. Mas o Qatar parece acreditar que, se o Al-Shabaab renunciasse à sua filiação na Al Qaeda e desistisse de quaisquer reivindicações territoriais contra os países vizinhos, as reservas internacionais sobre o grupo poderiam ser ultrapassadas. E a defesa inabalável de Doha para este efeito sugere que o rico emirado do Golfo está menos empenhado no sucesso de qualquer líder Somali em particular do que na concretização de uma visão a longo prazo para a futura governação islamista da Somália - com o Al-Shabaab potencialmente como um dos principais interessados.

Para além dos laços ideológicos, o interesse da Turquia na Somália é tanto estratégico como económico. Desde que o Presidente Recep Erdoğan (então Primeiro-Ministro) visitou Mogadíscio pela primeira vez em 2011, Ancara expandiu enormemente os seus investimentos comerciais, militares e humanitários na Somália (totalizando cerca de 220 milhões de dólares).¹² As ONG turcas construíram hospitais, clínicas e escolas em toda a capital. Foram adjudicados a empresas turcas contratos de longo prazo para gerir o porto e o aeroporto internacional de Mogadíscio, bem como projetos de infraestruturas como estradas e gabinetes governamentais — alguns dos quais são alegadamente financiados pelo Qatar (que também tem mais de 200 milhões de dólares de investimentos na Somália). A base militar e o centro de treino da TURKSOM em Mogadíscio é o maior da Turquia em África e já treinou milhares de soldados para os batalhões de infantaria avançada Gorgor do SNA e para a Haram'ad - uma unidade especial da polícia paramilitar. No início de 2024, Ancara assinou dois acordos ambiciosos com Mogadíscio: um acordo marítimo e de defesa abrangente e um acordo de cooperação no domínio do petróleo e do gás — ambos em condições altamente favoráveis. A Turquia também anunciou planos para construir uma grande instalação de lançamento espacial e uma base de testes de mísseis balísticos na costa do Oceano Índico da Somália. Tal como o Qatar, estes investimentos em grande escala são indicativos de um empenhamento turco a longo prazo na Somália, independentemente de quem ocupa a presidência.

Enquanto o Qatar e a Turquia promovem um Estado somali forte e unitário sob liderança islâmica, os EAU situam-se exatamente no lado oposto da equação. Abu Dhabi abomina geralmente os movimentos islamistas e simpatiza com sistemas de governação descentralizados e federais. Os EAU têm, por isso, cultivado laços estreitos com a Somalilândia, Puntlândia e Jubalândia, fornecendo-lhes uma assistência financeira e de segurança limitada, enquanto mantém relações espinhosas, mas cordiais, com Mogadíscio — incluindo o pagamento de salários às unidades da polícia militar treinadas pelos Emirados em redor da capital. Os investimentos não militares na Somália suportados pelos EAU estão estimados em cerca de 600 milhões de dólares — grande parte dos quais em Puntland. As forças dos Emirados estabeleceram bases no aeroporto de Berbera (Somalilândia) e no aeroporto de Bosaaso (Puntlândia) — este último servindo como centro logístico e de trânsito

para as operações militares dos EAU em toda a região.¹³ A DP World dos Emirados obteve contratos para gerir os portos de Berbera e Bosaaso, incluindo grandes expansões de ambas as instalações — flexibilizando estrategicamente o considerável poder económico dos EAU.

A este respeito, os objetivos estratégicos dos Emirados coincidem com os da Etiópia e do Quênia, cujos interesses vitais de segurança envolvem a cooperação política e de segurança com a Somalilândia, a Puntlândia e a Jubalândia. Por outro lado, no âmbito das suas rivalidades com estas três entidades, Villa Somália recorreu ao apoio do Egito e das autoridades militares do Sudão, com ambos os governos a darem formação a oficiais dos serviços secretos somalis e o Cairo a preparar-se para enviar um contingente de tropas para a Somália com a AUSSOM. Consequentemente, a Somália está cada vez mais enredada num vórtice de conflito regional que, em termos gerais, opõe o Egito, a Eritreia, o Sudão, o Qatar e a Turquia à Etiópia, ao Quênia e aos Emirados Árabes Unidos. Pelo menos por enquanto, a interferência externa é mais um sintoma da desordem interna da Somália do que a sua causa. Uma liderança mais pragmática e inclusiva da Villa Somália, com o objetivo de reunificar a esfrangalhada federação do país e de responder às aspirações da Somalilândia através de um diálogo significativo, contribuiria bastante para harmonizar as potências regionais em torno destes mesmos objetivos.

Somalilândia

A questão da Somalilândia continua a ser especialmente controversa neste contexto da geopolítica regional. Em maio de 1991, pouco depois da queda de Siad Barre, o território anunciou a dissolução da sua união desordenada de 1960 com a Somália italiana e recuperou a soberania de que tinha usufruído por pouco tempo após a independência do Reino Unido. A Somalilândia tem funcionado como um estado de facto desde então, com a sua própria constituição, governo democraticamente eleito, forças de segurança, moeda e passaportes — quase inteiramente sem o benefício do apoio de doadores bilaterais. Apesar da sua falta de reconhecimento internacional, a independência de facto da Somalilândia em relação à Somália já ultrapassa o breve período durante o qual os dois estados estiveram unidos, o que significa que a maioria dos somalilandeses - cerca de 75 por cento - não tem memória de uma República Somali unida. Entre os que têm idade suficiente para se lembrarem, a maioria sofreu marginalização,

repressão brutal e uma campanha militar “quase genocida” às mãos do governo somali,¹⁴ deixando apenas uma pequena, mas vocal, minoria da população interessada em qualquer forma de reunificação com Mogadíscio.

A Somalilândia também conduz uma política externa independente, estabelecendo relações diplomáticas com um número crescente de governos estrangeiros. Mogadíscio e os seus aliados rejeitam a reivindicação da Somalilândia de ser um Estado independente. Contudo, após mais de uma década de diálogo infrutífero e 12 rondas de conversações - nas quais Mogadíscio renegou os compromissos assumidos - Hargeisa parece ter desistido de qualquer perspectiva de um “divórcio amigável” da Somália. A Etiópia é o maior vizinho da Somalilândia e o parceiro internacional mais próximo no que respeita à cooperação em matéria de segurança, comércio e programas de intercâmbio. Os EAU também prestam assistência em matéria de segurança e investiram mais de 500 milhões de dólares na modernização do porto e do corredor comercial entre Berbera e a fronteira etíope. As relações estreitas da Somalilândia com Taiwan também atraíram a ira de Pequim, que adotou uma política mais explícita de “Uma Somália, Uma China” e intensificou as suas relações com o FGS.

A Somalilândia, a Puntlândia e, em menor grau, algumas outras administrações do FMS provaram que são capazes de proporcionar não só paz e segurança, mas também oportunidades económicas e liberdades pessoais que o Al-Shabaab nunca permitiria.

O Memorando de Entendimento (MOU) entre a Etiópia e a Somalilândia, em janeiro de 2024, que propunha o arrendamento pela Etiópia de 20 quilómetros da costa da Somalilândia para a construção de uma base naval em troca do reconhecimento da Somalilândia, reforçou dramaticamente o perfil geopolítico da Somalilândia e provocou uma reação amarga de Mogadíscio e dos seus aliados. A Etiópia suspendeu subsequentemente a implementação do MOU. No entanto, o renovado interesse americano pela Somalilândia assegurou que a questão continuasse bem viva.

Os opositores ao reconhecimento da Somalilândia argumentam que este iria encorajar grupos separatistas noutras partes de África, desestabilizar ainda mais a

Somália e agravar a ameaça do Al-Shabaab. Os defensores da independência da Somalilândia invocam a sua força jurídica única; a sua relativa paz, estabilidade e credenciais democráticas; e a sua política externa de orientação ocidental. O reconhecimento, argumentam, permitiria à Somalilândia participar em trocas e comércio normais e tornar-se um parceiro significativo na segurança coletiva e no desenvolvimento regional. Uma missão de apuramento de factos da UA, em 2005, concordou em geral com estes argumentos: O caso do reconhecimento da Somalilândia, concluiu, é “historicamente único e auto-justificado na história política africana...[e]...não deve estar ligado à noção de ‘abrir uma caixa de Pandora.’”¹⁵ A falta de reconhecimento, por outro lado, “amarra as mãos das autoridades e do povo da Somalilândia, uma vez que não podem transacionar de forma eficaz e sustentável com o exterior para prosseguir os objetivos de reconstrução e desenvolvimento.”¹⁶

Em princípio, o estatuto de soberania da Somalilândia deveria ser determinado pelos seus méritos legais, morais e políticos intrínsecos, e não apenas em função da disfunção da Somália. No entanto, as aspirações da Somalilândia há muito que estão sujeitas ao veto de facto de Mogadíscio — independentemente da existência ou não de um governo somali viável. Se a situação no sul da Somália se deteriorar ainda mais em direção a um colapso do Estado ou a uma tomada de poder pelo Al-Shabaab, um número crescente de países parece estar preparado para reexaminar o caso da Somalilândia para se tornar um Estado nos seus próprios termos.

AUSSOM

Independentemente deste caleidoscópio de dinâmicas internas e geopolíticas, a sorte imediata da Somália depende em grande medida do destino da Missão de Apoio e Estabilização da União Africana na Somália (AUSSOM). Após quase duas décadas na Somália, o cansaço dos doadores e a incerteza financeira sobre o futuro da AUSSOM podem exigir uma redução ou mesmo a retirada total da missão. Os Estados Unidos opõem-se à utilização de um novo mecanismo das Nações Unidas que autorizaria a utilização de fundos essenciais da ONU para a AUSSOM.¹⁷ Entretanto, outros doadores tradicionais, incluindo a União Europeia e o Reino Unido, não estão dispostos a cobrir o défice sozinhos. Como resultado, as capacidades da missão irão certamente degradar-se e poderá ter de ser reconfigurada como pouco mais do que uma força de guarda do porto, aeroporto e “zona verde”

diplomática estrangeira de Mogadíscio. Na ausência de um novo destacamento militar bilateral por parte de um dos aliados próximos da Somália, as perspetivas de sobrevivência da FGS para além desse ponto diminuiriam drasticamente.

A prolongada missão da UA na Somália tem sido amplamente criticada pela sua duração, custo e incapacidade de estabilizar o país. Mas muitas destas críticas não são merecidas. Entre 2007 e 2011, as tropas da UA lutaram rua a rua para libertar Mogadíscio do Al-Shabaab, sofrendo por isso graves baixas. Em 2012, a AMISOM recuperou o controlo do porto de Kismayo, que tinha sido uma considerável fonte de receitas para o Al-Shabaab. Em 2016, a missão tinha atingido a maior parte dos seus objetivos principais, garantindo a segurança da capital e da maioria das outras grandes cidades do sul da Somália. Durante mais de uma década, a presença da Missão da União Africana na Somália (AMISOM) apoiou a liberdade dos líderes políticos somalis para deliberar sobre o futuro do seu país, construir instituições cívicas e criar forças militares e policiais somalis suficientes para assumir a responsabilidade pela segurança nacional.

Em maio de 2017, foi adotado um plano global para a segurança e a estabilidade da Somália numa conferência em Londres em que participaram representantes do FGS, do FMS e de parceiros internacionais. O Pacto de Segurança que se seguiu, que foi o culminar de quase um ano inteiro de negociações entre o FGS e o FMS, determinou a criação de uma Arquitetura de Segurança Nacional (ASN) federada até ao final de 2017.¹⁸ A responsabilidade principal pelo tipo de operações de contra insurreição e de contra terrorismo necessárias para derrotar o Al-Shabaab foi atribuída a cerca de 32 000 agentes da polícia, incluindo paramilitares fortemente armados, distribuídos entre os governos federal e estadual. Um SNA de 18 000 efetivos poderia fornecer apoio de escalão superior, se necessário. A transição da AMISOM para as forças de segurança somalis começaria em 2018.

A administração Farmaajo (2017-2022) arquivou discretamente o Pacto de Segurança antes de a tinta secar. O novo FGS não tinha intenção ver a maior parte da assistência de segurança externa dirigida aos FMS.¹⁹ Os doadores não conseguiram responsabilizar Farmaajo pelo acordo de Londres e o financiamento foi redirecionado exclusivamente para as forças federais, que foram posteriormente utilizadas de forma mais agressiva contra a oposição interna do que contra o al-Shabaab - os primeiros indicadores do desvio



Formatura de soldados da AUSSOM em formação. (Fotografia: AUSSOM)

político mais amplo de Villa Somália do federalismo para um Estado centralizado e unitário.²⁰ Perdeu-se o ímpeto contra os militantes e a federação começou a desgastar-se. O nome da AMISOM foi alterado de forma otimista para Missão de Transição da UA na Somália (ATMIS), sem que se vislumbrasse o fim da “transição.”

Desde que HSM assumiu a presidência pela segunda vez, em 2022, a postura do governo federal em relação à missão da UA tem sido muito instável, alternando entre exigências de redução, pausas estratégicas e pedidos de mais tropas. Logo após a tomada de posse do HSM, as milícias dos clãs da região de Hiiraan, coletivamente conhecidas como Macawiisley, lançaram uma série de operações bem-sucedidas contra o Al-Shabaab e obtiveram ganhos territoriais significativos. Inicialmente, a FGS apoiou estes esforços através do destacamento de forças especiais Danab, treinadas pelos Estados Unidos, para ajudar na recolha de informações, definição de objetivos e coordenação. Mas, a partir de meados de 2023, quando a Villa Somália tentou retirar a liderança da campanha aos clãs locais e colocá-la sob o comando e controlo do SNA, a campanha naufragou e entrou em colapso, permitindo ao Al-Shabaab recuperar o terreno perdido.

No entanto, no início de 2024, Villa Somália exigiu que a ATMIS fosse reduzida para menos de 12 000 militares até ao final do ano, rejeitando as objeções da UA de que a missão se tornaria insustentável. Exatamente um ano mais tarde, com o ressurgimento do Al-Shabaab no centro-sul da Somália, o FGS fez uma reviravolta abrupta e apelou a um “aumento” de 8 000 efetivos da ATMIS. Uma vez que o malabarismo de Mogadíscio em relação aos níveis das forças da UA não pode ser explicado pelo progresso no campo de batalha, uma explicação mais plausível — baseada em discussões francas entre os oficiais somalis e os seus homólogos estrangeiros — está relacionada com a expectativa errada de Villa Somália de que os recursos poupados à missão da UA seriam simplesmente reafetados ao SNA.

Os parceiros internacionais estão cada vez mais preocupados com o financiamento de uma força militar somali que é cada vez mais utilizada contra os opositores políticos e não contra o Al-Shabaab.²¹ Uma ofensiva do SNA contra a administração de Jubaland, em 2024, degenerou num fiasco, quando centenas de tropas federais derrotadas fugiram pela fronteira com o Quênia, e deixou muitos parceiros internacionais irritados com a utilização indevida da ajuda à segurança por parte da FGS para combater a sua própria FMS e não o Al-Shabaab. Em meados de 2025, as entregas

de armas de Villa Somália às milícias alinhadas com a FGS em Puntland e Jubaland obrigaram ambos os governos estaduais a desviar a atenção e os recursos das operações de luta contra o terrorismo. Desde julho de 2025, as forças federais reavivaram os esforços para arrancar a região de Gedo à Jubalândia, desencadeando confrontos intermitentes ao longo das fronteiras com a Etiópia e o Quênia.

Os parceiros internacionais estão a ficar preocupados com o financiamento de uma força militar somali que é cada vez mais utilizada contra os opositores políticos e não contra o Al-Shabaab.

Alguns governos estrangeiros começaram subsequentemente a reajustar as suas parcerias de segurança na Somália. Nos últimos meses, os Estados Unidos, os Emirados Árabes Unidos, a Etiópia e o Quênia prestaram apoio direto à vigorosa campanha terrestre do governo de Puntland contra os combatentes do Estado Islâmico, desmantelando o seu reduto a norte e interrompendo as operações financeiras globais do grupo terrorista. No sul da Somália, o Quênia e a Etiópia manifestaram o seu crescente descontentamento com a beligerância de Mogadíscio em relação à administração de Jubaland, com a qual ambos cooperam para garantir a segurança das fronteiras.²²

A AUSSOM recebeu apenas um quarto dos 166 milhões de dólares do orçamento da missão para 2025, tendo ainda mais de 100 milhões de dólares em atrasos em relação ao ano anterior.²³ É pouco provável que as contribuições esperadas da UE e de outros doadores colmatem o défice de financiamento, mas podem viabilizar que a AUSSOM entre em 2026 de forma reduzida e com uma profunda incerteza quanto à sua longevidade. O facto de os parceiros internacionais terem ou não vontade de continuar a financiar a missão aos níveis necessários para a manter pode ser parcialmente influenciado pelas perspetivas políticas da Somália para além do termo do mandato do HSM em maio de 2026.

PERSPETIVAS

À medida que se aproxima o fim do segundo mandato presidencial de HSM, a Somália está à beira de uma poli crise constitucional, política, eleitoral, económica e de segurança ainda mais profunda, grande parte da qual é auto infligida. A “escolha de Hobson” do FGS, entre uma eleição desequilibrada

ou a ausência de eleições, ameaça levar o instável acordo político do país para além do ponto de rutura, trazendo a oposição armada para as ruas de Mogadíscio e deixando o governo federal ainda mais isolado e enfraquecido do que está atualmente. A tolerância dos doadores em relação ao “status quo”, que implica a continuação do apoio financeiro e o financiamento dos custos da AUSSOM, será fortemente testada. Entretanto, o cálculo estratégico do Al-Shabaab está a mudar constantemente a favor da tomada da capital.

Os retratos esperançosos do Al-Shabaab como um ator político razoável e potencial parceiro na governança da Somália são infundados e não foram testados. As próprias mensagens do grupo — incluindo um vídeo de setembro de 2025 que condena o regime da Constituição, os direitos das mulheres, a música e a dança como formas de heresia — não deixam razão para duvidar que pretende estabelecer uma teocracia totalitária na Somália, mais parecida com o regime talibã no Afeganistão do que com a estranha adoção da democracia da Constituição pelo Hay’at Tahrir al-Sham na Síria. Qualquer tentativa de negociar um acordo entre Villa Somalia e o Al-Shabaab será quase de certeza rejeitada por Puntland e Jubaland, que têm defendido persistentemente a sua autonomia em relação a Mogadíscio e têm lutado contra os jihadistas de forma mais consistente e, relativamente falando, com mais sucesso do que o FGS. É provável que os ataques do Al-Shabaab às tropas quenianas e etíopes nas zonas fronteiriças se acelerem e intensifiquem, a menos que se chegue a algum tipo de entendimento diplomático. Mas isto deixaria o resto da Somália mais vulnerável à desestabilização e à agressão do Al-Shabaab, potencialmente anunciando um novo capítulo na guerra civil da Somália. Entretanto, os interesses divergentes das potências regionais rivais têm mais probabilidades de agravar e consolidar o conflito, como no Sudão, do que de o travar e conter.

Tirar a Somália do abismo e colocá-la no caminho da recuperação pode ainda ser possível, mas trata-se sobretudo de um desafio político e não militar. O Al-Shabaab só pode ser derrotado através de uma ação militar simultânea em várias frentes, com o objetivo estratégico de desmantelar as suas fortalezas no Vale do Rio Juba e no sudoeste da Somália. Este objetivo, por sua vez, só pode ser alcançado através do destacamento coordenado das forças de segurança das FMS, com unidades federais selecionadas a desempenharem um papel de apoio. Isto exige um nível de confiança entre os líderes políticos da FGS e da FMS que não existe atualmente.

A administração HSM parece estar mais concentrada em marginalizar e subordinar as FMS do que em obter o seu apoio num esforço conjunto para combater o Al-Shabaab. Ao fazê-lo, parece subestimar a vulnerabilidade de Mogadíscio a uma ofensiva do Al-Shabaab. Os parceiros internacionais são confrontados com a escolha entre intervir com urgência e força suficiente para induzir uma correção de rumo nos próximos meses, ou deixar que os acontecimentos se desenrolem enquanto consideram as implicações e opções a mais longo prazo.

Governo de Unidade Nacional

A formação de uma coligação nacional coesa contra o Al-Shabaab é provavelmente inatingível sem a reestruturação do FGS como um governo de unidade nacional. Como primeiro passo, HSM teria de convocar uma conferência de emergência dos líderes do FMS para iniciar o processo de restabelecimento da confiança e chegar a acordo sobre uma estratégia militar comum. Mas com as fricções tão elevadas, a confiança tão baixa e o tempo tão curto, a reconstrução da confiança entre o HSM e os outros líderes políticos será uma tarefa difícil. O envolvimento de verdadeiros mediadores honestos seria provavelmente indispensável.

Convencer os líderes das FMS e outras forças políticas de que Villa Somália leva a sério a partilha do poder dependerá da disponibilidade de HSM para regressar aos princípios fundamentais da Constituição Provisória – nomeadamente uma abordagem baseada em regras e orientada para o consenso no que diz respeito às alterações constitucionais e à legislação orgânica que afeta os interesses das FMS. Isto significaria o regresso ao texto original da Constituição Provisória de 2012 e a realização de eleições federais indiretas até maio de 2026. A confiança no processo eleitoral seria imensamente reforçada se HSM nomeasse um órgão de gestão eleitoral independente e genuinamente neutro para supervisionar os preparativos e a implementação da votação, e anunciasse que não se candidatará a outro mandato. Alguns observadores podem ficar desiludidos com a perspectiva de novas eleições indiretas baseadas em clãs em maio de 2026, mas uma transição política tranquila ancorada em métodos testados e comprovados é preferível a uma experiência eleitoral perigosamente contenciosa e contestada ou a uma prorrogação do mandato presidencial.

O maior trunfo das forças anti-Al-Shabaab não é o seu poderio militar combinado, mas a promessa de uma vida melhor do que sob o regime do Al-Shabaab.

Na frente militar, será essencial reconfigurar a Arquitetura de Segurança Nacional da Somália para integrar e capacitar as forças das FMS, incluindo as milícias de defesa local. O Pacto de Segurança de 2017 poderia servir de quadro para as negociações, atribuindo maiores responsabilidades e recursos às FMS no planeamento e execução de operações de contra-insurreição. Deve ser criado um comité de coordenação militar de alto nível, com funções descentralizadas em cada FMS, para desenvolver uma estratégia unificada de combate ao Al-Shabaab, deslocando o centro de gravidade dos combates do centro da Somália para os redutos jihadistas e elementos do quartel-general no Sudoeste.

A autonomia política da AUSSOM deve ser reforçada, eliminando a interferência política de Villa Somália na seleção e destacamento dos contingentes nacionais. Dependente de apoio financeiro, a missão principal da AUSSOM deve ser consolidar as suas realizações até à data, garantir a segurança de locais e funções governamentais vitais do FGS e do FMS e continuar a fornecer funções específicas de apoio ao combate para as operações ofensivas da Somália. A participação da AUSSOM em operações ofensivas terrestres só deve ser autorizada em circunstâncias excecionais, de acordo com o critério do Comandante da Força. Além disso, o comando e o controlo operacionais devem ser substancialmente transferidos para o nível setorial, permitindo uma coordenação mais estreita com as forças de segurança do FMS e as milícias de defesa da comunidade, para além do SNA.

O empenhamento e o apoio de parceiros externos aumentariam consideravelmente as perspectivas de sucesso. Os parceiros internacionais devem estar preparados para mostrar flexibilidade no reequilíbrio dos programas “treinar e equipar”, bem como na atribuição de recursos, dando igual prioridade às FMS e às forças de defesa comunitárias, de acordo com uma Arquitetura de Segurança Nacional e planos estratégicos reconfigurados.

Colapso e Contenção

Na pior das hipóteses, a rejeição de um governo de unidade nacional por parte da Villa Somália não tem de impedir uma ação concertada contra o Al-Shabaab, uma vez que as FMS e



Variante da bandeira utilizada pelo Al-Shabaab.

outras forças políticas somalis poderiam, independentemente do FGS, unir forças contra esta ameaça comum. A Etiópia, o Quênia, os EAU e os Estados Unidos demonstraram de forma convincente o valor da parceria direta com as forças estatais e locais e devem manter esta opção.

Do mesmo modo, a eventual tomada de Mogadíscio pelo Al-Shabaab não deve ser o prenúncio de uma conquista total da Somália pelos jihadistas. Um Governo Federal Provisório, composto pelas FMS, pelas autoridades regionais e por outras forças políticas, poderia ser estabelecido numa capital provisória segura, preservando as funções essenciais do Estado e exercendo simultaneamente um controlo territorial de facto sobre mais de metade do território da Somália entre o Golfo de Aden e a fronteira com o Quênia.

O equilíbrio de forças entre um Al-Shabaab baseado em Mogadíscio e um Governo Federal Provisório localizado, por exemplo, em Baidoa, seria inicialmente equiparado, mas tornar-se-ia cada vez mais instável. Para além do valor simbólico do controlo da capital nacional, o acesso total do Al-Shabaab às receitas do porto de Mogadíscio poderia triplicar os seus rendimentos de um dia para o outro. Uma vez que os militantes herdariam a maior parte das armas, equipamentos e veículos atualmente na posse do SNA, as capacidades militares do Al-Shabaab aumentariam rapidamente.

Do outro lado da equação militar, as forças de segurança dos Estados de Puntland, Jubaland e da região de Hiiraan, entre outros, já provaram ser muito mais eficazes em combate do que as tropas federais. Também se têm mostrado mais resistentes às influências islamistas que procuram a criação de um governo teocrático. Com o apoio transfronteiriço da Etiópia e do Quênia, fortalecidos por aliados regionais e internacionais, teriam ainda mais hipóteses de conter os avanços do Al-Shabaab, enquanto preparariam o terreno para uma contraofensiva concertada contra os bastiões vitais do Al-Shabaab nos vales de Juba e Shabelle.

No entanto, o maior trunfo das forças anti-Al-Shabaab não é o seu poderio militar combinado — é a promessa de uma vida melhor do que sob o regime do Al-Shabaab. A Somalilândia, a Puntlândia e, em menor grau, algumas outras administrações do FMS provaram que são capazes de proporcionar não só paz e segurança, mas também oportunidades económicas e liberdades pessoais que o Al-Shabaab nunca permitiria. A menos que um novo governo de unidade nacional ou uma autoridade provisória prometa genuinamente melhores dias, o futuro da Somália será tão negro como a bandeira negra do Al-Shabaab.

NOTAS

- ¹ Omar Mahmood, "Somalia's Constitutional Revision Is Deepening Political Divisions," *World Politics Review*, 7 de junho de 2024.
- ² "Somalia's Opposition, regional leaders form new alliance," *Somali Guardian*, 2 de outubro de 2025.
- ³ Banco Mundial e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, "Somali Joint Needs Assessment: Macroeconomic Policy Framework and Data Development Cluster Report," agosto de 2006.
- ⁴ Ioan M. Lewis, "Introduction: The Uncentralised Somali Legacy," em *A Study of Decentralised Political Structures for Somalia: A Menu of Options*, Unidade da Comissão Europeia para a Somália, 1995, 1-13.
- ⁵ República Federal da Somália: Constituição Provisória, adotada em 1 de agosto de 2012.
- ⁶ Ibid.
- ⁷ Mohamed Sheikh Nor, "Somalia: President Mohamud's New Party Could Centralise Power, Critics Warn," *The Africa Report*, 21 de maio de 2025.
- ⁸ "Somalia: Ex-President Warns Against Term Extension, Calls for Urgent Electoral Consensus," *Garowe Online*, 1 de setembro de 2025; Abdijalil Osman, "Decoding President Hassan Sheikh Mohamud's Plan to Stay in Power Beyond 2026," *Wardheer News*, 12 de novembro de 2025.
- ⁹ Constituição Provisória, 2012.
- ¹⁰ Ibid.
- ¹¹ Human Rights Watch, "Somalia: Constitutional Proposals Put Children at Risk," 29 de março de 2024.
- ¹² Centro de Estudos Estratégicos de África, "Mapping Gulf State Actors' Expanding Engagements in East Africa," Infográfico, 8 de julho de 2025.
- ¹³ Bashir Mohamed Caato, "Exclusive: Inside the UAE's secret Sudan war operation at Somalia's Bosaso," *Middle East Eye*, 31 de outubro de 2025.
- ¹⁴ Amnesty International, "Supporting and Strengthening the Work of Somali Human Rights Defenders," Relatório do Workshop sobre Defensores de Direitos Humanos Somalis, julho de 2003.
- ¹⁵ União Africana, "Resume: AU Fact-Finding Mission to Somaliland (30 April to 4 May 2005)," s.d.
- ¹⁶ Ibid.
- ¹⁷ Embaixadora Dorothy Shea, Missão dos Estados Unidos junto das Nações Unidas, Explicação de voto na sequência da adoção de uma Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a Missão de Estabilização e Apoio da UA na Somália, 27 de dezembro de 2024.
- ¹⁸ Pacto de Segurança da Conferência de Londres sobre a Somália, 11 de maio de 2017.
- ¹⁹ Matt Bryden, "Fake Fight: The Quiet Jihadist Takeover of Somalia," *The Elephant*, 8 de novembro de 2021.
- ²⁰ Matt Bryden e Theodore Murphy, "Somalia's election impasse: A crisis of state building," European Council on Foreign Relations, 16 de fevereiro de 2021.
- ²¹ Africa Defense Forum, "Al-Shabaab Surge Enquanto os Estados Somalis Disputam Entre Si," 19 de agosto de 2025.
- ²² "Somalia's President Rallies Regional Allies Before Renewed Talks with Jubaland Leader," *Somali Guardian*, 3 de outubro de 2025.
- ²³ Nações Unidas, *Report of the Independent Strategic Review of the United Nations Support Office in Somalia*, A/79/907-S/2025/268 (1 de maio de 2025).



CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DE ÁFRICA

Amanda J. Dory, Diretora
National Defense University
Fort Lesley J. McNair
Washington, DC 20319-5066
+1 202 685-7300
www.africacenter.org

Resumos de segurança em África
Joseph Siegle, Ph.D.
Diretor de Pesquisa
sieglej@ndu.edu
+1 202 685-6808
ISSN 2164-4047

O Centro de Estudos Estratégicos de África é uma organização académica estabelecida pelo Departamento de Defesa que serve como um fórum objetivo para pesquisa, programas académicos e troca de ideias. As séries de Resumo de Segurança em África apresenta pesquisas e análises com o objetivo de promover a compreensão sobre as questões de segurança na África. As opiniões, conclusões e recomendações expressas ou implícitas são dos contribuintes e não refletem necessariamente a opinião do Centro.